

MINAS GERAIS

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos termos do Decreto 44.769, de 07/04/2008, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressões na carreira do servidor, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2024.
ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1220475/6	ADEILSON GOMES DA SILVA	ASP	I	C	II	B	25/11/2015
1220475/6	ADEILSON GOMES DA SILVA	ASP	II	C	III	B	25/11/2017
1220475/6	ADEILSON GOMES DA SILVA	ASP	III	C	IV	A	25/11/2019

ANEXO II Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1220475/6	ADEILSON GOMES DA SILVA	ASP	II	B	II	C	25/11/2016
1220475/6	ADEILSON GOMES DA SILVA	ASP	III	B	III	C	25/11/2018

10 1988626 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por SAVIO VINICIUS DA SILVA - MaSP 1.436.172-9, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/ CSet - SEJUSP/PAD Nº 009/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 20 de junho de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 506/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Paulo Célio A. Júnior OAB/MG 74.885. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por CATARINA JULIANA DA SILVA - MaSP 1.455.594-0, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/ CSet - SEJUSP/PAD Nº 496/2021, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 21 de maio de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 416/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da recorrente acima qualificada e do advogado Ivan Ribeiro dos Santos OAB/MG 187.254. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por JOÃO RODRIGUES RIBEIRO - MaSP 1.133.742-5, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/ CSet - SEJUSP/PAD Nº 421/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 15 de junho de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 517/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 411/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 566/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de PAULO VICTOR VALENTE COSTA - MaSP 1.435.796-6, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Juiz de Fora I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do escritório Sanches da Gama Advogados e Associados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentados por ALTAMIRO MACIO DE SOUZA - MaSP 1.204.044-0 e PAULO ROBERTO STAIN FERNANDES JUNIOR - MaSP 1.447.580-0, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 103/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 14 de agosto de 2024, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 565/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos recorrentes acima qualificados e dos advogados Eder Machado Silva OAB/MG 200.674 e Amanda Soares Gomes OAB/MG 148.901. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de setembro de 2024.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 097/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de dezembro de 2021, bem como no Parecer nº 291/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JEAN MARTINS GOMES - MaSP 1.246.727-0, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2, e WEMERSON MENDES TEIXEIRA EDUARDO - MaSP 1.388.788-0, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

PORTARIA SEMAD/SUTAF Nº 03, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024

DECIDE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

A Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso das competências que lhe são conferidas pela Resolução SEMAD nº 2.822, de 11 de julho de 2019 e, em observância à Resolução Conjunta CGE/SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 01, de 04 de julho de 2016, considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SEMAD/SUTAF nº 01/2022, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 27/04/2022, em face de L.F.C. - Masp 1.xx3.xx8-1, bem como na Nota Técnica nº 1705086/2024, decide pela FORMALIZAÇÃO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DISCIPLINAR (CAD), considerando o enquadramento dos requisitos estabelecidos no Decreto Estadual nº 48.418-2022. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e de seu procurador Jarbas Arêdes Junior, OAB/MG 97.756. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2024

Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida

Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças

10 1988693 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/SEAPA/SEDE/FEAM/ IEF/IGAM Nº 3.316, DE 06 DE SETEMBRO DE 2024.

Altera a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.144, de 16 de maio de 2022, que institui Comitês de Acompanhamento, Técnico e Intergestor para avaliação técnica, aprovação ou rejeição dos produtos apresentados por prestadores de serviços técnicos especializados decorrentes da contratação por meio de termo de doação no âmbito do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, celebrado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O SECRETARIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo em vista a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016;

RESOLVEM:

Art. 1º – As alíneas “b” e “e” do inciso I e a alínea “a” do inciso V do art. 3º da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.144, de 16 de maio de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando os incisos V e VI acrescidos da alínea “b”:

“Art. 3º – (...)

I – (...)

b) Fernando Gustavo da Silva Quirino, Masp 752.573-6, pela Assessoria Estratégica;

(...)

e) Milla Elís Gomes de Souza, Masp 1.485.318-8, pela Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças.

(...)

V – (...)

a) Rodrigo Sampaio Melo, Masp 1.528.739-4;

b) Larissa Maria Leite Duarte, Masp 1.532.166-4.

VI – (...)

b) Ariel Chaves Santana Miranda, 1.485.729-6.”.

Art. 2º – A alínea “a” do inciso II e o § 1º do art. 6º da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 3.144, de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o inciso I acrescido da alínea “t” e o inciso III acrescido da alínea “g”:

“Art. 6º – (...)

I – (...)

i) Felipe Fernandes Ladislau, Masp 1.474.995-6, pela Diretoria de Gestão Territorial Ambiental;

II – (...)

a) Ricardo Barreto Silva, Masp 1.148.399-7, pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas;

(...)

III – (...)

g) Marina Fernandes Dias, Masp 1.183.436-3, pela Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas.

(...)”

§ 1º – A coordenação do Comitê Técnico será exercida pelos servidores Valéria Cristina Rezende e Fernando Baliani da Silva.”.

Art. 3º – Esta resolução conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2024.

MARÍLIA CARVALHO DE MELO

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES

Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FERNANDO PASSALIO DE AVELAR

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

RODRIGO GONÇALVES FRANCO

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

BRENO ESTEVES LASMAR

Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas

MARCELO DA FONSECA

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

10 1988757 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 anos. 1) Vitoria Flexpress Transportes Ltda. - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Uberlândia/MG - PA nº 1622/2024, Classe 1. 2) Cetraportes Ltda. - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Prata/ MG - PA nº 1612/2024, Classe 1.

(a) Bruno Neto de Avila

Chefe da Unidade e Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

30 1985024 - 1

10 1988570 - 1

QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2024 – 13

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo DEFERIMENTO cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Gislaíne Senhorinha Vilela Perroni/ Fazenda Paranaíba, Matr. 57.732 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Carneirinho/MG - PA/SLA nº 1621/2024, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2) RZZ Mineração Eireli/ UTM Burtiti - Aparentamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração - Coromandel/MG - PA/SLA nº 1536/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Bruno Neto de Avila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

10 1988571 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Shell Brasil Petroleo Ltda/Linha Transmissão 500 KV - SE UFV Draco - SE Arinos 2 - Linhas de transmissão de energia elétrica - Arinos/MG - Processo 920/2024 - Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. **Informa ainda que foi concedida a Autorização para Intervenção Ambiental nº SEI: 2090.01.0007512/2024-68. Intervenção COM supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente - APP (2.997) ha. Supressão de cobertura vegetação nativa, para uso alternativo do solo. (12,106) ha. Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (228 unidades) em (65,872) ha. Válida durante o prazo de 06 (SEIS) ANOS.

(a) Ricardo Barreto Silva

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

10 1988848 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e *prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Dalmo da Silva Lima/Fazenda São Luiz - RM 12.016 e 12.018, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Patos de Minas/MG, PA 1661/2024, Classe 2.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

10 1988972 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou a Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro a: 1) Licença de Operação Corretiva (LAC1): *Furnas-Centrals Elétricas S.A./ LT 500 kV Itumbiara/ São Simão - Linhas de transmissão de energia elétrica - Santa Vitória, Araporã, Cachoeira Dourada, Capinópolis, Centralina, Gurinhata e Ituiutaba/MG - PA/SLA nº 1632/2024, Classe 4.

(a) Bruno Neto de Avila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

10 1988569 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Madson Square Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018; estação de tratamento de esgoto sanitário, Nova Lima/MG, Processo nº 2505/2023, classe 4. Motivo: não atendimento satisfatório a informações complementares.

(a) Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

10 1988789 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Laticínios P J Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Ingaí/MG, PA nº 1659/2024, Classe 3

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

1) LAS CADASTRO - Licenciamento Ambiental Simplificado: *Posto de Combustível Porto Real Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Santa Cruz de Minas/MG, Processo SLA nº 5328/2020, Classe 2. Válida até: 02/12/2030, do responsável Posto de Combustível Porto Real Ltda., CNPJ 07.339.805/0001-03, para o novo titular Posto Petrolucks Santa Cruz de Minas Ltda., CNPJ: 56.283.483/0001-33. *De Lellis e Ribeiro Ltda. ME, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Três Corações/MG, Processo nº 58305687/2019, Classe 2. Válida até: 29/04/2029, do responsável De Lellis e Ribeiro Ltda. ME, CNPJ 71.064.075/0001-84, para o novo titular Santa Maria Participações Ltda., CNPJ: 14.238.787/0001-39.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

10 1988961 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi firmado o Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) WR Agropasto Ltda. / Fazenda Lagoa D’Antas, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Manga/MG, PA SEI nº 1370.01.0011351/2023-16, Classe 3, Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir 28/06/2024.

(a) Mônica Veloso de Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

10 1989031 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

- Licença de Operação Corretiva: 1) LAF Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda./Fazenda São Domingos e Outras - Silvicultura - Grão Mogol/MG, nº da licença: 005/2018 PA/nº 05422/2014/001/2015, Classe 3. Concedida com condicionantes. Válida até: 08/03/2028, do responsável LAF Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda., CNPJ: 11.462.960/0018-38 para o novo titular LF Curvelo Ltda., CNPJ 11.462.960/0018-38.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

10 1989033 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240911001214013.